

REGIÃO NORTE: TENDÊNCIAS RECENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

Hélio A. de Moura*

1. Apresentação

O presente texto é de natureza exploratória. Tem por objetivo destacar as principais tendências pertinentes ao crescimento demográfico recente da Região Norte¹, apontando as principais mudanças e variações que se registram na dinâmica, localização e estrutura de sua população durante os anos 80.

Trata-se de um capítulo prévio ao conjunto de análises temáticas que serão apresentadas e discutidas neste seminário. Procura-se, com ele, fornecer o contexto em que tais análises se inserem e, ao mesmo tempo, orientar a ênfase a alguns dos temas que pareçam se afigurar mais relevantes à consideração.

Entretanto, não deve ser entendido como uma "camisa-de-força" que venha a circunscrever ou restringir o interesse ou o objeto de estudo de vários daqueles estudiosos que participam deste evento. Reconhece-se, a propósito, que outros importantes aspectos da demografia regional, também merecedores de atenção neste seminário (é o caso da demografia indígena, por exemplo) podem não se enquadrar estritamente no âmbito do presente texto introdutório.

* Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Superintendente do Instituto de Estudos sobre a Amazônia.

¹ A Região Norte é constituída pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins.

2. As Tendências do Crescimento Populacional

O Norte é a mais vasta (3,9 milhões de Km²) e mais esparsamente habitada (2,7 hab/km²) região do País. Seu efetivo populacional atingiu, em 1991, quase 10,3 milhões de pessoas, embora tenha ele representado tão somente 7% da população total residente no País (Tabela 1). Mantida a tendência de crescimento registrada nos anos 80, a população da Região já deve andar, em 1996, à volta de 12,4 milhões de pessoas.

As tendências evolutivas observadas com relação à população da Região Norte denotam que a mesma se tem destacado, historicamente, por apresentar, principalmente a partir dos anos 70, taxas de crescimento quase sempre mais elevadas do que as do Brasil como um todo.

Isto se reflete na evolução da participação relativa da população regional sobre a população brasileira. Tal relação, que até 1970 se manteve algo estabilizada entre 4,0% e 4,4%, cresceu rapidamente desde então, para atingir 7,0% por ocasião do último Censo Demográfico de 1991. *Mutatis mutandi*, esta mesma tendência se verificou tanto a nível do contingente residente em quadros urbanos, como em quadros rurais. No primeiro caso, tal relação se elevou de 3,4%, em 1970, para 5,4%, em 1991. Já no caso da população rural, o aumento dessa participação foi bem mais rápido e ainda mais precoce: o respectivo percentual, que se situava entre 4% a 5%, nos anos 40 e 50, ascendeu a quase 6%, ao final dos 60, tendo atingido 8,6% e 12,0%, em 1980 e 1991, respectivamente.

É evidente que na consideração dessas tendências têm de ser levados em conta os ritmos diferenciados em que se deram as variações tanto no numerador, como no denominador da expressão. Como demonstra a Tabela 2, foi a partir dos anos 60 que a taxa de crescimento da população nortista começou a superar amplamente a da população brasileira. Para isto contribuíram, inicialmente, os diferenciais verificados com relação ao crescimento da população rural e, a partir de 1970, também os diferenciais registrados com relação ao crescimento do contingente urbano. Nas duas últimas décadas do período, enquanto se observava uma desruralização da população a nível do País como um todo, os efetivos residentes nos quadros rurais da Região Norte cresciam intensamente,

particularmente no caso da década 1970/1980 (3,4% a. a.), em ritmo superior ao registrado pelo total da população brasileira em qualquer decênio do período considerado.

Não obstante o relativo dinamismo do crescimento da população rural da Região – sobretudo quando considerado em relação ao do Brasil como um todo – prosseguiu sem interrupção, ao longo da série observada, uma forte tendência à urbanização da população nortista. Assim é que, em 1980, metade da população regional já residia em cidades e vilas, proporção esta que se elevou para quase 58% por ocasião do último Censo. O fato é que, entre 1980 e 1991, nada menos do que 73% do crescimento absoluto da população da Região Norte (4,3 milhões) foram gerados ou absorvidos pelo conjunto de suas cidades e vilas.

No período 1980/1991, a Região Norte destacou-se, dentre as suas congêneres brasileiras, por ter apresentado as taxas de crescimento mais altas, tanto de sua população total, como de sua população rural. Em razão da persistência de um ritmo de crescimento relativamente elevado de sua população rural – se comparado ao das demais regiões brasileiras – e de um certo arrefecimento no ritmo do crescimento de sua população urbana, passou a Região Norte a apresentar, em 1991, o menor grau de urbanização registrado dentre as regiões brasileiras, revertendo-se a pequena vantagem que, sob esse aspecto, ela detivera no início da década em relação ao Nordeste (dados não apresentados).

Suspeita-se que a persistência desse elevado ritmo de crescimento do contingente rural – mesmo tendo sido inferior ao que se registrara na década anterior – tenha sido derivado das migrações internas em direção à última fronteira agrícola existente no País, orientadas particularmente em direção aos Estados de Rondônia e do Pará, e de modo também muito significativo, para as áreas rurais de Roraima. Assim sendo, o dinamismo demográfico da Região Norte na década passada ainda teria sido, em alguma medida, produto da expansão demográfica e econômica de uma das últimas fronteiras brasileira de recursos.

Contudo, este é um aspecto que carece de maior investigação e deveria ser objeto de atenção específica por ocasião de evento como este, pois conflita com estudo de Martine sobre a distribuição espacial

Tabela 2
 Região Norte e Brasil: Taxas de Crescimento (% a. a.) Populacional e Grau de Urbanização

Anos	Região Norte		Total	Brasil		Grau de Urbanização	
	Urbana	Rural		Urbana	Rural	Norte	Brasil
1940	3,6	1,8	2,3	3,8	1,6	26,1	31,2
1950	5,5	2,7	3,6	5,5	1,6	29,6	36,2
1960	5,5	2,4	3,6	5,2	0,7	35,5	45,1
1970	6,6	3,4	4,9	4,5	-0,6	42,6	56,0
1980	5,2	2,3	3,9	2,8	-0,7	50,2	67,7
1991						57,8	75,5

Fonte dos dados básicos; F. IBGE (Censos Demográficos)

da população brasileira². O citado autor levanta a hipótese – é bem verdade que a partir de frágeis indícios e evidências – de que a existência de fluxos migratórios com destino rural para a Região Norte teria se cingido, entre 1980/1991, quase que exclusivamente ao primeiro quinquênio desse período, quando ainda se faziam sentir os efeitos atrativos de vários programas e políticas de desenvolvimento para a Região encetados pelo poder público a partir dos anos 70. Na segunda metade da década de 80, sem os atrativos à imigração rural, o crescimento populacional da Região Norte, segundo o referido autor, teria passado a ser uma ocorrência quase que exclusivamente urbana, inclusive engrossada por migrantes que anteriormente haviam buscado as áreas rurais.

Há também a necessidade de considerar, na explicação dessas tendências mais recentes, a participação das variáveis determinantes do crescimento natural da população nortista. A hipótese de a fecundidade regional ainda ser comparativamente mais alta do que no resto do Brasil e a sua tendência de declínio ser mais lenta, também ajudaria a explicar o maior dinamismo da população residente na Região Norte.

3. O Crescimento Populacional dos Estados

Cerca de metade de todo o efetivo populacional da Região Norte residia, em 1991, no Estado do Pará e uma quinta parte no Estado do Amazonas. Os 30% restantes distribuíam-se nas cinco outras Unidades da Federação, dentre as quais Rondônia e Tocantins eram, em 1991, as mais populosas (11,0% e 9,0%, respectivamente) e Amapá e Roraima as de menor participação relativa (2,0% a 3,0%). O Estado do Acre situava-se em uma posição intermediária neste subconjunto, com participação relativa da ordem de 4%. (V. Tabela 3).

Na Tabela 5, as relações contidas nas duas primeiras colunas refletem a importância relativa dos quadros urbanos no que concerne à absorção do crescimento populacional líquido registrado nos respectivos Estados durante os subperíodos da série 1970/1991.

² Martine, George. *A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80*. Texto para Discussão nº329, IPEA, Brasília, 1994.

Tabela 3
 Região Norte: Evolução da População Residente nas Datas dos Recenseamentos Gerais
 Segundo Quadros de Domicílio, por Unidade da Federação.

Unidades da Federação	População Urbana			População Rural			População Total		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
	I. População Residente (Em 1000)								
Rondônia	60,5	239,4	658,2	56,1	283,7	472,7	116,6	503,1	1.130,9
Acre	60,6	135,8	258,0	157,4	171,1	159,1	218,0	306,9	417,2
Amazonas	409,3	869,0	1.501,8	551,7	580,1	601,1	960,9	1.449,2	2.102,9
Roraima	17,9	49,6	139,5	23,7	32,4	76,5	41,6	82,0	216,0
Pará	1.037,3	1.702,4	2.609,8	1.159,7	1.804,9	2.571,8	2.197,1	3.507,3	5.181,6
Amapá	63,8	106,4	233,5	52,7	73,7	55,2	116,5	180,1	288,7
Tocantins	134,8	296,2	530,8	402,8	442,5	389,3	537,6	738,7	920,1
Região Norte	1.784,2	3.398,9	5.931,6	2.404,1	3.368,4	4.325,7	4.188,3	6.767,2	10.257,3
	II. % sobre a Região Norte								
Rondônia	3,4	7,0	11,1	2,3	7,6	10,9	2,8	7,4	11,0
Acre	3,4	4,0	4,4	6,6	5,1	3,7	5,2	4,5	4,1
Amazonas	22,9	25,6	25,3	23,0	17,2	13,9	22,9	21,4	20,5
Roraima	1,0	1,5	2,4	1,0	1,0	1,8	1,0	1,2	2,1
Pará	58,1	50,1	44,0	48,2	53,6	59,5	52,5	51,8	50,5
Amapá	3,6	3,1	3,9	2,2	2,2	1,3	2,8	2,7	2,8
Tocantins(*)	7,6	8,7	9,0	16,8	13,1	9,0	12,8	10,9	9,0
Região Norte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Criado após o Censo de 1980. Os dados referentes aos anos de 1970 e 1980 correspondem ao conjunto de municípios que passaram a constituir posteriormente o Estado do Tocantins.
 Fonte: F. IBGE (Censos Demográficos)

Sem constituírem indicadores extremamente rigorosos, uma vez que mudanças na dinâmica do crescimento natural em cada Estado podem afetar as comparações intertemporais e entre Estados, ainda assim tais relações permitem que se tenha uma idéia aproximada da ordem de grandeza da pressão populacional sofrida pelo meio urbano de cada Estado.

A comparação intertemporal dessas relações revela que, apenas nos casos do Amazonas e de Roraima teria essa pressão apresentado algum alívio entre os anos 70 e 80. Mas, ao que tudo indica, com facetas diversas. No caso de Roraima, esse alívio estaria associado a uma menor taxa de crescimento da população urbana sem que tenha havido arrefecimento muito significativo na intensidade do crescimento populacional dos quadros rurais (V. Tabela 4). Tratar-se-ia, portanto, de um Estado onde, no período 1980/1991, teriam se intensificado os fluxos migratórios de origem extra-estadual para os quadros rurais sem uma forte contrapartida de migrações campo/cidade, inclusive as de nível intra-estadual. Já no caso do Amazonas, a pressão menos intensa sobre os respectivos quadros urbanos teria decorrido principalmente de redução na migração de origem extra-estadual, a despeito da persistência de uma forte migração intra-estadual de tipo campo/cidade, de intensidade relativa semelhante à da década dos anos 70.

Em situação extrema encontram-se o Acre, o Amapá e, principalmente, o Tocantins, como Estados nos quais a pressão sobre o meio urbano configurou-se, nos anos 80, a mais intensa de todas. As respectivas relações refletem, para o período 1980/91, um intenso êxodo migratório campo/cidade, que teria ocasionado até mesmo perda de parte do estoque populacional outrora radicado nos quadros rurais desses Estados. Nos casos do Tocantins e do Acre, esse verdadeiro esvaziamento populacional dos quadros rurais seqüenciou uma tendência que já se esboçara na década anterior, revelada pelas débeis taxas de crescimento dos seus contingentes rurais. Já no caso do Amapá, ele se deu de forma abrupta, posto que os quadros rurais do Estado, nos anos 70, ainda se caracterizavam pela prevalência de uma forte imigração líquida.

As demais colunas da Tabela 5 mostram a participação relativa dos Estados da Região Norte nos incrementos populacionais registrados nos dois últimos períodos intercensitários, tanto a nível de Região

Tabela 4
 Região Norte: Taxas de Crescimento Demográfico e Grau de Urbanização nas Datas dos Recenseamentos Gerais, por Unidades da Federação.

Unidades da Federação	Taxas de Crescimento (% ao ano)						Grau de Urbanização		
	População Urbana		População Rural		População Total		1970	1980	1991
	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91			
Rondônia	14,7	9,6	16,7	5,4	15,7	7,6	51,9	47,6	58,2
Acre	8,4	6,0	0,8	-0,7	3,5	2,8	27,8	44,2	61,8
Amazonas	7,8	5,1	0,5	0,3	4,2	3,4	42,6	60,0	71,4
Roraima	10,7	9,9	3,2	8,1	7,0	9,2	43,0	60,5	64,6
Pará	5,1	4,0	4,5	3,3	4,8	3,6	47,2	48,5	50,4
Amapá	5,3	7,4	3,4	-2,6	4,5	4,4	54,8	59,0	80,9
Tocantins	8,2	5,5	0,9	-1,2	3,2	2,0	25,1	40,1	57,7
Região Norte	6,7	5,2	3,4	2,3	4,9	3,9	42,6	50,2	57,8
Brasil	4,4	2,8	-0,6	-0,7	2,5	1,7	56,0	67,7	75,5

Fonte dos dados originais; F. IBGE (Censos Demográficos)

Tabela 5
 Região Norte: Absorção do Crescimento Populacional Intercensitário Segundo
 as Unidades da Federação.

Unidades da Federação	% Incremento Pop. do Estado Absorvido P/Q. Urbanos		% Incremento Pop. da Reg. Norte Absorvido pelos Estados		% Incremento Pop. do Brasil Absorvido pelos Estados	
	1970/80	1980/91	1970/91	1980/91	1970/80	1980/91
Rondônia	46,3	66,7	15,0	18,0	1,5	2,4
Acre	84,6	110,8	3,5	3,2	0,3	0,4
Amazonas	94,1	70,3	18,9	18,7	1,8	2,5
Roraima	78,5	67,1	1,6	3,8	0,2	0,5
Pará	50,8	54,2	50,8	48,0	4,9	6,5
Amapá	67,0	117,0	2,5	3,1	0,2	0,4
Tocantins	80,3	129,3	7,8	5,2	0,8	0,7
Região Norte	62,6	72,6	100,0	100,0	9,7	13,5

Fonte dos dados originais: F. IBGE (Censos Demográficos).

Norte, como de País como um todo. Com relação ao primeiro destes casos, isto é, a Região Norte, há que destacar a importância significativa assumida pelo Estado do Pará, cuja participação relativa no período 1980/1991, se bem que cadente em relação à década anterior, ainda assim correspondeu a quase metade (48,04%) de todo o crescimento registrado na população regional durante esse intervalo. Além disto, há que notar também a importância crescente do Estado de Rondônia, cujo incremento populacional correspondeu a 18,0% do total regional, já tendo atingido grandeza relativa semelhante à verificada com relação ao Estado do Amazonas.

Roraima e Amapá também apresentam ganhos quanto a esse tipo de participação relativa embora a dimensão populacional desses Estados ainda se afigure reduzida, mesmo no cômputo regional. Os Estados do Acre e Tocantins, principalmente este último, foram aqueles que apresentaram perdas de posição relativa em termos do incremento populacional registrado na Região.

Em relação ao Brasil, aumentou a participação da Região Norte no crescimento populacional do País, tendo passado de quase 10,0% para cerca de 13,5%. Ao mesmo tempo que tais grandezas retratam a dimensão relativamente reduzida populacional da Região Norte no contexto brasileiro, dão uma idéia também do forte dinamismo do crescimento da população nortista em relação ao conjunto representado pelas demais regiões brasileiras.

4. As Tendências do Crescimento Urbano

Durante o período 1980/91 prosseguiu a tendência de urbanização da Região Norte, tendo a população residente no conjunto das cidades (sedes municipais) amazônicas ascendido de 3,1 milhões, no seu início, para 5,7 milhões ao seu final. Embora esse crescimento tenha sido bastante rápido (5,6% ao ano), ainda assim ele se mostrou algo mais atenuado do que o da década anterior (6,7% ao ano). Além desse contingente tipicamente urbano, o último Censo registrou a existência de 242,5 mil pessoas residindo em vilas localizadas na Região. (Tabela 6)

A observação dos últimos dados censitários revela que, durante o intervalo 1980/91, aumentou a participação relativa das populações residentes em cidades de mais de 5 mil habitantes, particularmente

Tabela 6
Região Norte: Número e População Residente nas Cidades e Vilas, Segundo Classes de Tamanho Populacional (1970, 1980, 1991).

Classes de Tamanho	Cidades			Vilas		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
	I. Número					
Até 500 habitantes	16	4	-	112	107	75
501 a 1000	47	12	8	64	49	39
1001 a 2000	45	49	43	19	31	27
2001 a 5000	49	62	95	3	21	16
5001 a 10000	19	29	65	2	4	3
10001 a 20000	12	25	37	-	2	2
20001 a 50000	4	15	35	1	-	-
Mais de 50000	3	7	15	-	1	1
Total	195	203	298	201	215	163
	II. População Residente (1000 habitantes)					
Até 500 habitantes	5,6	1,4	-	24,3	22,2	16,2
501 a 1000	36,0	9,1	6,7	45,6	34,1	28,6
1001 a 2000	65,6	72,4	70,4	25,8	41,1	37,6
2001 a 5000	151,4	198,5	322,1	9,5	64,3	48,1
5001 a 10000	131,6	200,7	448,2	12,1	27,7	20,1
10001 a 20000	180,7	342,1	536,5	-	24,9	24,5
20001 a 50000	154,5	460,4	1.109,6	30,2	-	-
Mais de 50000	911,3	1.834,3	3.190,9	-	58,9	87,5
Total	1.636,6	3.118,9	5.684,4	147,6	273,2	242,5

Fonte: F. IBGE (Censos Demográficos)

no que concerne às faixas congregando cidades de 5 mil a 10 mil habitantes e, principalmente, de 20 a 50 mil habitantes. Nestas duas faixas de tamanho de cidades, o crescimento dos seus contingentes populacionais atingiu taxas anuais tão expressivas quanto 7,6% e 8,3%, respectivamente.

No conjunto de cidades da Região Norte, Manaus, a capital do Estado do Amazonas, e a Região Metropolitana de Belém (que inclui também o município de Ananindeua no Estado do Pará), são os principais núcleos urbanos da Região. As populações residentes nas sedes municipais desses dois núcleos já andavam, em 1991, à volta de 1,0 milhão e 839 mil habitantes, respectivamente. No último Censo, Manaus passou a aparecer, sob o ângulo populacional, como o maior núcleo urbano regional, posição que anteriormente correspondia à Região Metropolitana de Belém³. Estes dois aglomerados urbanos atuam como verdadeiras metrópoles regionais, embora em espaços distintos, com Manaus polarizando a porção centro-ocidental e Belém a porção oriental da macrorregião Norte. Manaus vem se caracterizando como um pólo industrial do gênero eletrotécnico de importância nacional e, sem dúvida, a implantação da Zona Franca e do respectivo Distrito Industrial tem-se constituído importante fator de atração de fluxos migratórios, tanto de fora como, principalmente, do próprio interior do Estado.⁴ A cidade de Manaus, de fato, vem há já algum tempo mostrando tendências de concentrar a população do Estado: sua participação relativa sobre o total da população amazonense passou de 32,7%, em 1970, para 44,3%, em 1980, e atingiu a já quase metade (48,0%), em 1991. O oposto observa-se com relação ao município de Belém, cuja população urbana, no cômputo da população total do Pará, declinou de 29,2%, em 1970, para 26,9%, em 1980, e para 24,0%, em 1991.

As demais cidades nortistas com mais de 50 mil habitantes, quase todas com menos de 200 mil, são em número de treze e incluem as demais capitais estaduais (exceto Palmas, no Estado do Tocantins) – Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Macapá (AP), Boa Vista (RR) – além de uma meia dúzia de cidades paraenses (Santarém, Marabá,

³ Exclusiva população residente em vilas e áreas rurais dos respectivos municípios.

⁴ Ver, a propósito, Mário Lacerda de Melo & Hélio A. de Moura. *As Migrações para Manaus*, Recife, Editora Massangana, Fundaj, 1990, pp. 339-342.

Tabela 7
 Região Norte: Participação Relativa no Crescimento Populacional Urbano e
 Taxas de Crescimento Demográfico Segundo Tamanhos das Cidades - 1970/1980/1991.

Classes de Tamanho	% Sobre o Crescimento Urbano Total		Taxas de Crescimento (% a.a.)	
	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
Até 500 habitantes	-0,28	-0,05	-12,94	...
501 a 1000	-1,81	-0,09	-12,85	-2,74
1001 a 2000	0,46	-0,08	0,99	-0,25
2001 a 5000	3,18	4,82	2,75	4,50
5001 a 10000	4,66	9,65	4,31	7,58
10001 a 20000	10,89	7,58	6,59	4,18
20001 a 50000	20,64	25,30	11,54	8,33
Mais de 50000	62,27	52,88	7,25	5,16
Total	100,00	100,00	6,66	5,61

Fonte dos dados básicos: F. IBGE (Censos Demográficos)

Castanhal, Ananindeua, Itaituba e Abaetetuba), duas cidades tocantinenses (Araguaina e Gurupi) e Ji-Paraná, em Rondônia. Atuam, em geral, como centros administrativos comerciais e/ou de prestação de serviços de nível local.

Sabe-se que todo incremento de população urbana é consequência isolada ou, mais freqüentemente, conjunta de três fatores: do próprio crescimento vegetativo das áreas urbanas já existentes, das migrações com destino urbano, e da incorporação como áreas urbanas de quadros domiciliares que, em momentos anteriores, ainda se classificavam como meras vilas e/ou localidades rurais. Os efeitos desses dois primeiros fatores sobre o crescimento populacional urbano da Região Norte deverão ser tratados e aferidos em textos específicos, em ocasião oportuna. Entretanto, com relação ao terceiro deles, as informações censitárias que estão disponíveis não permitem adjudicar-lhe grande importância. Embora os dados censitários deixem transparecer ter havido um número elevado de vilas que ascenderam, entre 1980 e 1991, à condição de sedes municipais, pode-se notar que a maioria delas correspondeu a pequenos lugarejos, em geral com menos de 2 mil habitantes, cuja influência não deve ter sido significativa para explicar o acréscimo de quase 2,6 milhões de habitantes verificado entre os mencionados anos no total da população residente no conjunto das cidades da Região. O próprio número de pessoas residentes no conjunto das vilas da Região afigura-se bem pouco expressivo, o que serve também para indicar a pouca importância que vem assumindo, no referido acréscimo, a ascensão das vilas à condição de cidades. De fato, nada menos de 78,2% do crescimento urbano registrado entre 1980 e 1991, na Região Norte, tiveram lugar em cidades que já contavam, no segundo desses anos, com mais de 20 mil habitantes, sendo que quase 53,0% do mesmo referiram-se exclusivamente a cidades com mais de 50 mil habitantes.

Portanto, a urbanização na Região Norte parece estar sendo bastante vocacionada para a ampliação do tamanho dos núcleos urbanos já existentes, principalmente daqueles que já atingiram uma dimensão considerável em relação às características de dispersão da população e de exploração econômica nos espaços da vasta Região Norte. Esta é uma tendência que se reflete na elevação do tamanho mediano de cidade na Região Norte, que passou de 1,8 mil habitantes, em 1970, para 3,8 mil habitantes, em 1980, e para 5,2 mil habitantes, em 1991.

5. A Estrutura da População Regional

A estrutura etária e por sexo de uma população, ao mesmo tempo que reflete os efeitos de fatores que foram, no passado, atuantes ou intervenientes sobre a dinâmica demográfica de um determinado espaço geográfico, também embute no seu seio elementos potenciais de consolidação ou de mudanças na intensidade desse crescimento. O exame da estrutura etária permite discernir e/ou até mesmo antever em que faixas etárias poderão as pressões do crescimento populacional se tornar mais ou menos agudas; e, assim, propor ações e medidas tendentes a corrigir desequilíbrios sociais indesejáveis, mediante estabelecimento de prioridades quanto ao atendimento de demandas sociais que se farão presentes no futuro, com intensidade diferenciadas.

Nas Tabelas 8 e 9 apresentam-se as distribuições relativas por idade e as respectivas taxas de crescimento da população residente na Região Norte quando dos três últimos levantamentos censitários. As idades acham-se classificadas segundo algumas faixas consideradas mais relevantes para fins de planejamento social: população infantil, população em idade escolar, população prestes a ingressar no mercado de trabalho, população em idades ativas para o exercício da atividade econômica (força e trabalho), população idosa. Nessas mesmas tabelas constam informações semelhantes com relação ao País como um todo a fim de servirem de base para comparações. Ademais, tais informações acham-se discriminadas segundo quadros urbanos e rurais de domicílios da população.

Percebe-se, no caso da Região Norte, que entre 1980 e 1991 passaram a ocorrer mudanças algo significativas na respectiva distribuição etária, as quais estariam a indicar o início de um processo de envelhecimento relativo da população nortista: redução na participação relativa da população classificada em faixas etárias infantis (menos de 10 anos de idade), aumento na proporção da população em idades ativas (15-59 anos) e naquela prestes a ingressar no mercado de trabalho (10-14 anos), aumento na proporção de pessoas idosas (60 anos e mais), cujo contingente, não obstante ser ainda bastante diminuto, teve sua participação relativa acrescida durante o último período intercensitário. É uma tendência que se mostra bastante consistente com aquela que se pode observar a nível do País como um todo. O fato é que o índice

Tabela 8
Brasil e Região Norte: Distribuição Relativa da População Residente
Segundo Faixas Etárias e Quadros de Domicílio - 1970, 1980 e 1991.

Faixas Etárias	Brasil			Região Norte		
	1970	1980	1991	1970 (*)	1980	1991
	I. Quadro Urbano					
0-4	13,1	12,7	10,6	16,5	16,3	13,1
5-9	13,4	11,4	11,2	15,1	14,2	13,8
10-14	12,2	11,3	11,1	13,9	13,3	13,6
15-59	55,6	58,3	59,7	50,4	51,6	54,7
60 e +	5,6	6,2	7,4	4,1	4,5	4,8
	II. Quadro Rural					
0-4	17,1	16,0	13,4	18,9	19,3	15,9
5-9	15,8	14,6	13,9	16,1	16,0	15,8
10-14	13,4	13,5	13,0	13,2	13,1	13,9
15-59	49,1	50,1	52,7	48,1	47,5	50,2
60 e +	4,4	5,7	7,0	3,5	4,1	4,3
	III. Ambos os Quadros					
0-4	14,8	13,8	11,3	17,7	17,8	14,3
5-9	14,5	12,4	11,9	15,6	15,1	14,6
10-14	12,7	12,0	11,6	13,4	13,2	13,7
15-59	41,7	55,6	58,0	49,5	49,7	52,8
60 e +	5,1	6,1	7,3	3,8	4,2	4,6

Fonte dos dados básicos: F. IBGE (Censos Demográficos)

(*) Exclusive Estado do Tocantins

de velhice⁵ da população da Região, embora ainda seja o mais baixo em relação aos das suas congêneres brasileiras,⁶ já evoluiu de 9,0, em 1980, para 10,9, em 1991.

Esta tendência de envelhecimento da população regional não deve causar espécie. Seriam os primórdios, na Região, de um processo iniciado e já identificado com alguma anterioridade (anos 70) nas regiões mais desenvolvidas do País e que teria atingido as suas regiões "periféricas" (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) na década dos 80. Tem a ver, principalmente, com o declínio que se vem observando na fecundidade feminina, cuja TFT (taxa de fecundidade total), segundo Araújo & Camarano, teria passado, a nível de Brasil, de 6,2 filhos por mulher nascida entre 1890-1895, para 2,6 filhos por mulher nascida entre 1960-1965⁷. Espera-se que em uma das sessões temáticas deste seminário seja dada ênfase ao estudo da fecundidade feminina na Amazônia, pois o seu declínio, se confirmado, talvez represente, por sua própria essência e implicações, a mais importante questão emergente no quadro socio-demográfico regional. Mas, de qualquer modo, cumpre chamar a atenção que, apesar desse declínio da fecundidade ser o fator que supostamente estaria assumindo grande importância na determinação das mudanças observadas na estrutura etária da população nortista, há também que considerar os efeitos causados sobre a mesma pela atuação da mortalidade e, principalmente, da migração.

No caso dos movimentos migratórios, sabe-se que seu impacto, sobre ser imediato, provoca, devido à sua seletividade por idade (e

⁵ O referido índice é calculado da seguinte forma: (pop. 60 anos e mais/pop. menos de 15). . 100.

⁶ Segundo o boletim "Informações Demográficas", IPEA, Brasília, novembro de 1995. Cumpre notar que o cálculo feito pelo IPEA considera, no numerador da expressão, a população idosa de 65 anos e mais (e não de 60 anos e mais). Nessa base, os índices de velhice mencionados no referido boletim, para 1991, foram 7,1, para o Norte; 12,8, para o Nordeste; 16,5, para o Sudeste; 15,6, para o Sul; 9, 3, para o Centro-Oeste; e 13,9, para o Brasil como um todo.

⁷ Araújo, Herton Ellery & Camarano, Ana Amélia. "Tendências da Fecundidade Brasileira no Século XX: Uma Visão Estadual" in *Como Vai? População Brasileira*, IPEA, Brasília, Ano I, n.º 3, ago./out. 96, pp. 18-23.

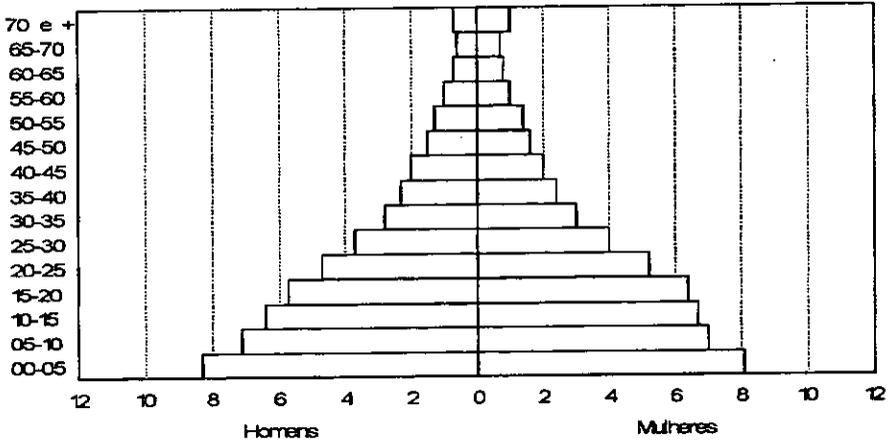
também por sexo), alterações sensíveis e imediatas no perfil etário de uma população. É devido à infestação migratória a que está sujeita a Região Norte que, por um lado, as taxas de crescimento da população classificada nas diversas faixas etárias apresentam-se tão elevadas e, ao mesmo tempo, que as razões de sexo da população em idades ativas mostram um acentuado predomínio dos elementos do sexo masculino, refletindo, ao que se presume, a importância da chamada "migração de trabalho".

É bem possível, também, que a queda na razão de sexo pertinente ao subcontingente urbano que congrega pessoas idosas (60 anos e mais) esteja refletindo algum aumento da sobremortalidade masculina, ou seja, a freqüentemente observada ampliação do diferencial por sexo em favor do segmento feminino quanto ao número de anos vividos por populações cuja vida média para ambos os sexos se acha em crescimento⁸ Certamente teremos contribuições preciosas a respeito, bem como no que concerne à análise da migração, por ocasião das respectivas sessões temáticas.

Orientando a observação dos dados em função das perspectivas das demandas sociais dimanadas dos diferentes ritmos com que se vêm apresentando as tendências do crescimento populacional, percebe-se, em primeiro lugar, a forte pressão que a procura por emprego já está se fazendo sentir e poderá se intensificar na Região em anos vindouros. Note-se, por exemplo, que o crescimento da população em idades ativas superou, nos anos 80, o ritmo de crescimento da população total, uma ocorrência que começou a se fazer notar a nível de Brasil (quadros urbanos) e de algumas de suas regiões a partir da década dos 70, quando teve início a queda da fecundidade. Em situações como esta, tende a cair a taxa de crescimento da população total – por efeito da redução relativa no número de nascimentos – embora, contrariamente ao que quase sempre se imagina, permaneça no patamar anterior ou até mesmo se eleve, durante muitos anos mais à frente, a taxa de crescimento

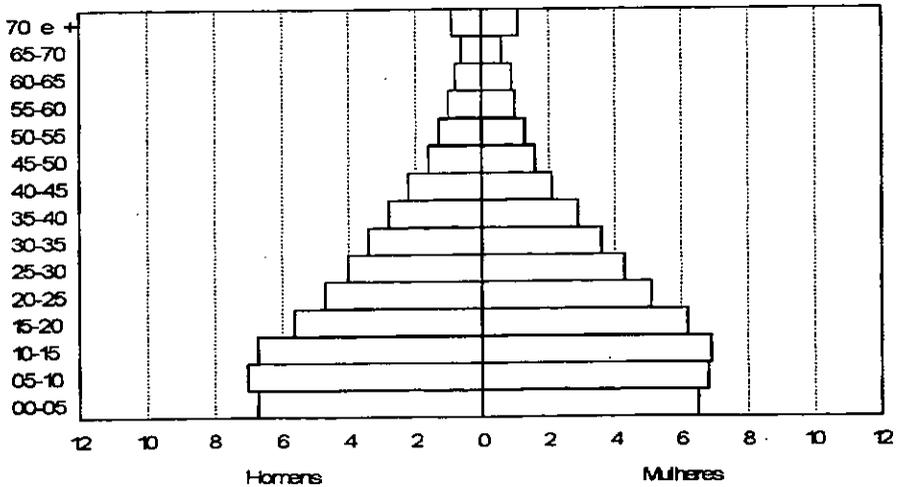
⁸ Em São Paulo, uma forte característica da evolução da mortalidade foi a rápida ampliação da diferença entre a esperança de vida feminina e masculina, que passou de 2,39 anos, em 1940, para 8,37 anos, em 1991. Ver, a propósito, Ferreira, Carlos Eugenio de Carvalho & Castifeiras, Luciane Lestido. "O Aumento da Violência entre Jovens Adultos e as Transformações no Padrão da Mortalidade Paulista" in *Como vai? População Brasileira*, IPEA, Brasília, Ano I, n.º 3, ago./out. 1996, pp. 6-12.

REGIÃO NORTE - POPULAÇÃO URBANA - 1980
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA RELATIVA



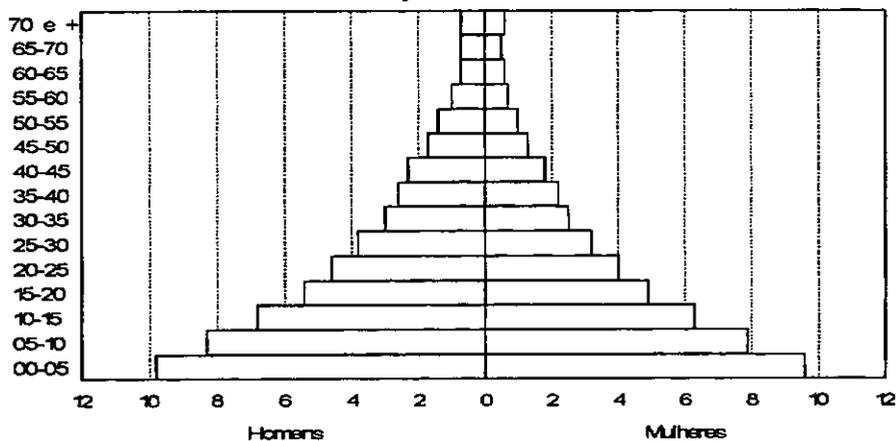
Fonte: Censo Demográfico 1980

REGIÃO NORTE - POPULAÇÃO URBANA - 1991
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA RELATIVA



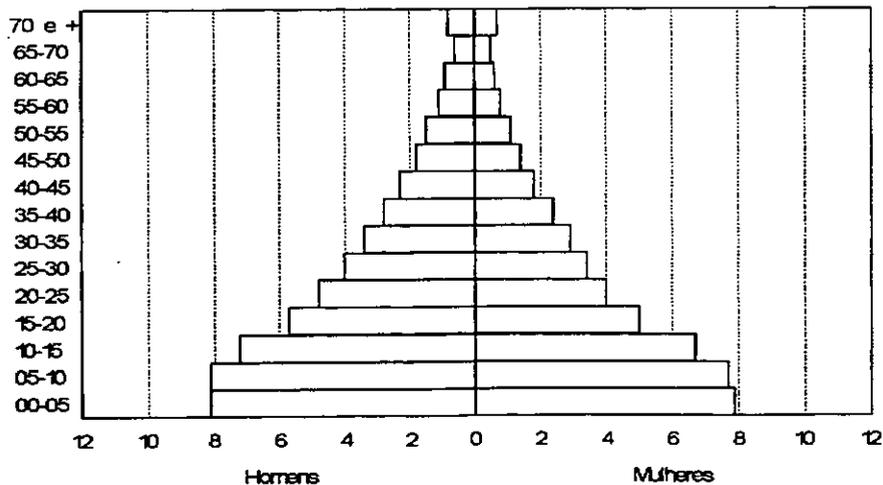
Fonte: Censo Demográfico 1991

REGIÃO NORTE - POPULAÇÃO RURAL - 1980
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA RELATIVA



Fonte: Censo Demográfico 1980

REGIÃO NORTE - POPULAÇÃO RURAL - 1991
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA RELATIVA



Fonte: Censo Demográfico 1991

Tabela 9
 Brasil e Região Norte: Taxas de Crescimento da População Residente
 Segundo Faixas Etárias e Quadros de Domicílio - 1970/1980/1991.

Faixas Etárias	Brasil		Região Norte	
	1970/80	1980/1991	1970/80(*)	1980/91
	I. Q. Urbano			
0-4	4,2	1,2	7,3	3,3
5-9	2,8	2,9	6,6	5,1
10-14	1,5	2,9	7,0	5,6
15-59	5,0	3,2	7,7	5,9
60 e +	5,7	4,6	8,4	6,1
Total	4,4	3,0	7,4	5,4
	II. Q. Rural			
0-4	-1,2	-2,3	5,5	0,3
5-9	-1,4	-1,1	5,2	1,9
10-14	-0,5	-1,0	5,2	1,9
15-59	-0,4	-0,2	5,1	2,6
60 e +	1,9	1,2	6,8	2,5
Total	-0,6	-0,7	5,2	2,0
	III. Ambos os Quadros			
0-4	1,8	0,1	6,3	2,9
5-9	0,9	1,5	5,9	4,7
10-14	1,9	1,6	6,1	5,3
15-59	5,5	2,3	6,4	5,6
60 e +	4,3	3,7	7,5	6,0
Total	2,5	1,9	6,3	5,0

Fonte dos dados originais: F. IBGE (Censos Demográficos)
 (*) Em 1970, exclusive população do atual Estado do Tocantins

da oferta da mão-de-obra (população em idades ativas). Isto é consequência do ingresso nessa faixa de subcontingentes jovens oriundos ainda de períodos pretéritos de prevalência de alta fecundidade e já de declínio da mortalidade.

Assim sendo, no momento atual, já deve estar pairando sobre o mercado de trabalho da Região Norte duas questões do ponto de vista demográfico. De um lado, a tendência evolutiva da população em idades ativas, isto é, da população que pressiona o mercado de trabalho, tendência esta que, muito provavelmente e mesmo descartando a pressão migratória, deve ser de crescimento e não de desintensificação. De outro, que mesmo havendo desintensificação – supostamente indicada pela menor taxa de crescimento da população prestes a ingressar no mercado de trabalho (10-14 anos) – o ritmo de crescimento do segmento em idades ativas deverá ser mais rápido que o da população total.

Significa dizer que a medida da necessidade de geração de empregos deixa de ser dada pela taxa de crescimento da população total, passando a ser dada pela taxa específica da população em idades ativas (15-59 anos). Se considerarmos também a pressão da “migração de trabalho” e, além disto, nestes tempos modernos, a da mulher por uma maior incorporação à atividade econômica (inclusive para complementar a renda familiar), não restam dúvidas de que a taxa de crescimento da população potencialmente ativa poderá exceder bastante aquela já por si altíssima que se acha referida à Tabela 9. E este período de pressão sobre o mercado de trabalho da Região Norte deverá ir bem além daquele que se estima deva corresponder ao do Brasil e de suas regiões mais dinâmicas (até 2005-2010), pelo fato de a fecundidade regional ter começado aqui a declinar mais tardiamente.

Tal quadro ganha nuances ainda mais escuras devido ao aprofundamento das mudanças tecnológicas que estão e deverão continuar reduzindo a intensidade de utilização de mão-de-obra por unidade de capital. É oportuno, a propósito referir e “pegar carona” em texto de Adriano Batista Dias apresentado e discutido por ocasião do recente X Encontro Regional da ABEP⁹. Chama o autor a atenção

⁹ Dias, Adriano Batista. “População, Emprego e Desemprego Tecnológico Periférico Perspectivo: o Avanço do Paradigma Microeletrônico” in: *X Encontro Nacional da ABEP, Anais*. Caxambu, 1996, p.569-582.

para o fato de que a humanidade – e nós brasileiros não somos exceção – está atravessando um momento crítico de sua história, qual seja, começa a vivenciar um novo paradigma tecnológico que já está em plena configuração. Estamos a viver a mudança do paradigma eletromecânico para o paradigma microeletrônico. Isto tende a apresentar implicações múltiplas sobre os sistemas econômicos nacionais e regionais, envolvendo, de todas as formas e entre outras cousas, a necessidade de cada país, de cada região, adaptar seus padrões educacionais e seus mercados de trabalho às novas necessidades que essa mudança encerra. Sem dúvida, o novo paradigma requer uma densidade bem menor do fator trabalho por unidade de capital e uma densidade bem maior de capital intangível (educação formal de boa qualidade) por unidade daquele fator¹⁰.

Como admite Dias, sob o novo paradigma pode-se gerar um volume de desemprego que não guardará proporcionalidade nem com a população, nem com a disponibilidade de recursos naturais. Não só o nível mínimo da base educacional formal será o principal fator determinante do nível de emprego permanente, como também o fato de o paradigma microeletrônico apresentar uma dinâmica tecnológica mais alta e, conseqüentemente, uma maior necessidade de constante aprendizado e adaptação, torna-o muito mais exigente quanto à necessidade de se poder contar com uma força de trabalho muito bem formada, desde os primeiros anos da escola.

Nestas circunstâncias, a adoção da relação “teórica” de dependência (na Região Norte, caiu, entre 1980 e 1991, de 101,0 para 90,0),

¹⁰ No paradigma eletromecânico, a percepção visual e quase intuitiva da relação entre as partes de um equipamento e seu movimento é patente. Mesmo nos artefatos mecânicos eletrificados, mantém-se a utilidade de aplicação direta do conhecimento intuitivo-empírico em face de o meio mecânico manter sobre o meio elétrico uma forte predominância. Em outras palavras, o componente elétrico fica praticamente imerso no meio mecânico. Em um paradigma como este não é estranhável que se possa proceder a uma rápida e pouco profunda reciclagem da mão-de-obra a partir do conhecimento intuitivo-empírico que ela já dispõe ou nela já está embutido. Já no paradigma microeletrônico, há uma ocultação completa à percepção sensorial. Numa tecnologia eletrônica, os modelos têm de ser percebidos no abstrato, o que só pode ocorrer a partir de uma certa sofisticação mental adquirida via um bom nível de educação formal. Em tal paradigma, a ampliação da eficiência está para o trabalho mental assim como as bases tecnológicas anteriores estiveram para o trabalho físico. Ver, Dias Adriano Batista, op. cit., passim.

geralmente considerada na análise demográfica como um bom indicador do ônus social representado pela parcela da população em idades inativas (menos de 15 e mais de 60 anos) sobre a parcela em idades ativas, perde muito do seu real significado, dada a importância que, ao reduzir o denominador da expressão, o desemprego estrutural (inclusive de tipo tecnológico) pode contribuir para distorcer tal medida. Talvez seja analiticamente mais rico examinar esse tipo de relação tendo em conta separadamente cada uma das extremidades do espectro etário. Neste caso, percebe-se ter ocorrido, entre 1980 e 1991, uma queda na relação teórica de dependência alusiva à população jovem (de 93,0 para 81,0) e uma elevação ainda imperceptível (na casa dos décimos) no que concerne à população idosa (em torno de 9,0 em ambos os anos). Entretanto, estes resultados não devem causar maior otimismo. O segundo deles, em grande medida, está apenas refletindo a pequena importância relativa que a população idosa ainda está assumindo no cômputo da população total residente na Região Norte. Mas, examinando a Tabela 9, percebem-se os amplos diferenciais que se verificaram na década passada entre as taxas de crescimento dos segmentos populacionais classificados em faixas de idades extremas.

Digamos que pela própria "substância essencial" (lei matemática) subjacente ao padrão evolutivo da transição demográfica, cujo "modo" para nós mais evidente (por estar escoimado de infestação migratória) consiste no caso brasileiro, tudo indica que o referido diferencial, a nível de Região Norte, tenderá a se ampliar em anos futuros, provocando queda na relação de dependência alusiva à população jovem e aumento mais do que proporcional naquela alusiva à população idosa.

É evidente que se tais relações fossem expressas em termos dos custos sociais a que correspondem, sem dúvida dever-se-ia ter em conta, na segunda delas, de um lado, a pequena margem temporal existente para contabilizar retornos sociais previsíveis e, de outro, os avanços cada vez mais sofisticados e, portanto, dispendiosos que se acham embutidos na tecnologia médica voltada para o prolongamento de vidas humanas envelhecidas, já em processo de extinção.

Por outro lado, a queda na taxa de crescimento da grande massa

populacional representada por pessoas em idades infantis, uma ocorrência que está naturalmente subordinada ao declínio da fecundidade, tem sido rotulada de “trégua demográfica”¹¹ por alguns demógrafos que têm analisado essa questão, seja a nível de Brasil, seja a nível internacional. Para neomalthusianos mais ferrenhos, da linha Coale-Hoover, por exemplo, a diminuição da pressão alusiva às demandas sociais da população jovem permitiria liberar recursos para aplicação alternativa em investimentos econômicos diretamente produtivos. Já outros demógrafos, menos radicais, sobretudo ao analisarem a questão a nível de países e regiões ditas “em desenvolvimento”, chamam a atenção para o fato de que esse arrefecimento na taxa de crescimento da população jovem permitiria alternar necessidades infra-estruturais dessa faixa etária (novos prédios escolares, novos postos pediátricos, novos centros de puericultura, etc.) em favor de melhoria na qualidade já dimensionada do ensino, da saúde, etc.

Certamente, estas questões e muitas outras serão levantadas e apresentadas com mais propriedade e proficiência por ocasião da respectiva sessão temática.

Contudo, ao se ter em conta o caso concreto da Região Norte, não parece haver margem para muito otimismo. De um lado, importa notar que, certamente por efeito da migração interna, a taxa de crescimento da população infantil residente na Região Norte mostrou-se, no período 1980/91 (período este de queda, portanto, na fecundidade regional), tão ou mais elevada que a taxa média de crescimento (não apresentada) da população brasileira anteriormente a 1970. De outro lado, como salienta Oliveira – e talvez tenhamos oportunidade de tratar do assunto na sessão sobre carências sociais na Região – a atual oferta de serviços sociais básicos para as populações amazônicas ainda é de tal forma exígua que seria ainda prematuro sequer sugerir realocação de recursos em benefício desta ou daquela faixa populacional, em benefício desta ou daquela forma de aplicação¹². Intensificação e extensão desses investimentos às

¹¹ Rótulo, a nosso ver, que não consegue disfarçar o vezo neomalthusiano latente em alguns desses demógrafos.

¹² Ver, a propósito, Oliveira, Luís Antonio Pinto de. “Dinâmica Populacional e Dinâmica Social na Região Amazônica” in Moura, Hélio A. de. (Org.) *A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades*. FUNDAJ / UNAMAZ / MMA, Recife, Editora Massangana, 1996, p.74-102.

amplas camadas carentes da população regional constituiriam, a nosso ver, uma proposta mais sensata.

Descendo ao nível dos Estados da Região, as Tabelas 10 e 11 apresentam, para cada um deles, em 1991, as participações relativas e as razões de sexo da população classificada por faixas etárias relevantes, segundo os quadros de domicílio. Por sua vez, a Tabela 12 apresenta os respectivos indicadores de dependência e velhice dessas populações.

De forma semelhante ao que se verificou com relação à Região Norte como um todo, os quadros urbanos dos vários Estados apresentaram em relação aos respectivos quadros rurais, proporções menores de população classificada em idades não ativas jovens. Equivale dizer que a parcela representativa da força de trabalho mostrou-se quase sempre (com exceção do Estado de Roraima) algo mais elevada nas áreas urbanas do que nas rurais. Quanto dessa ocorrência associado aos diferenciais de fecundidade entre esses quadros de domicílio é algo a ser pesquisado, embora, muito provavelmente, a forte migração rural-urbana intra-estadual deva desempenhar também um importante papel nessa equação. Uma observação que reforça esta suspeita reside no fato de Estados como o Amazonas, o Acre e o Amapá, cujas populações rurais, como já foi visto, quase nada cresceram ou até mesmo diminuíram, entre 1980 e 1991, terem sido justamente aqueles a apresentar, ao final do período as proporções mais baixas de população em idades ativas residindo em suas respectivas zonas rurais. Em outras palavras, a emigração rural-urbana interna à maioria dos Estados da Região Norte estaria sendo caracterizada por uma forte seletividade etária, com acentuado predomínio de população em idades ativas.

Além disto, este tipo de seletividade migratória também parece conjugado a uma forte seletividade por sexo.

Cumprido, a propósito, observar a Tabela 11, que parece revelar uma forte pressão da população feminina em deixar os quadros rurais de quase todos os Estados. Isto estaria sendo atestado pelas baixas razões de sexo da população residente nos quadros urbanos, principalmente no que toca aos subcontingentes classificados em idades já ativas ou prestes a ingressar na força de trabalho. Tendo em conta que a faixa de idades ativas também inclui, no que respeita

Tabela 10
Região Norte: Participações Relativas da População Classificada por Faixas Etárias e Quadros de Domicílio - 1991.

Estados	Grupos Etários					Total
	0-4	5-9	10-14	15-59	60 e +	
	I. Quadros Urbanos					
Rondônia	13,4	13,2	12,6	57,1	3,8	100,0
Acre	13,4	13,8	13,7	53,7	5,4	100,0
Amazonas	13,2	14,2	14,0	54,4	4,3	100,0
Roraima	14,2	14,5	12,7	55,1	3,5	100,0
Pará	12,9	13,6	13,5	54,7	5,4	100,0
Amapá	14,9	15,1	14,1	52,0	3,9	100,0
Tocantins	12,5	13,6	14,0	54,4	5,6	100,0
Região Norte	13,1	13,8	13,6	54,7	4,9	100,0
	II. Quadros Rurais					
Acre	17,0	17,2	15,1	46,9	3,8	100,0
Amazonas	17,2	17,7	14,9	46,3	3,9	100,0
Roraima	12,7	12,1	9,8	62,1	3,2	100,0
Pará	16,0	15,6	13,7	50,4	4,2	100,0
Amapá	19,3	17,7	13,9	45,1	3,9	100,0
Tocantins	15,1	15,3	13,6	50,5	5,7	100,0
Região Norte	15,9	15,8	13,9	50,3	4,2	100,0
	III. Ambos os Quadros					
Rondônia	13,7	13,7	13,1	55,8	3,8	100,0
Acre	14,8	15,1	14,3	51,1	4,8	100,0
Amazonas	14,3	15,2	14,3	52,0	4,2	100,0
Roraima	13,7	13,7	11,7	57,7	3,2	100,0
Pará	14,4	14,6	13,6	52,8	4,7	100,0
Amapá	15,7	15,6	14,0	50,7	3,9	100,0
Tocantins	13,6	14,3	13,8	52,5	5,7	100,0
Região Norte	14,3	14,6	13,7	52,8	4,6	100,0

Fonte dos dados básicos: F. IBGE (Censo Demográfico)

Tabela 11
Região Norte: Razões de Sexo da População Classificadas por Faixas Etárias,
Segundo Estados e Quadros Domiciliares, 1991

Estados	Grupos Etários					Total
	0-4	5-9	10-14	15-59	60 e +	
I. Quadros Urbanos						
Rondônia	100,5	103,3	103,2	98,6	114,9	95,7
Acre	102,7	100,7	95,4	91,8	100,7	95,4
Amazonas	101,6	101,6	98,0	95,9	87,6	97,4
Roraima	102,9	102,2	96,3	101,7	76,6	101,4
Pará	103,3	101,8	98,0	92,6	82,4	95,0
Amapá	103,9	101,8	98,3	96,3	89,5	98,2
Tocantins	102,4	102,6	95,0	95,7	97,2	97,4
Região Norte	102,8	101,9	96,9	94,7	88,9	96,7
II. Quadros Rurais						
Rondônia	105,1	105,2	107,1	124,5	175,1	117,7
Acre	101,7	105,5	111,8	122,9	172,5	115,7
Amazonas	102,2	106,4	112,0	119,2	145,3	113,6
Roraima	106,0	107,9	112,3	246,1	166,7	179,5
Pará	102,5	104,6	106,9	116,3	119,9	110,9
Amapá	102,2	106,4	107,1	118,5	128,3	111,8
Tocantins	104,5	105,6	111,5	121,9	140,0	116,0
Região Norte	102,9	105,1	108,4	120,4	132,6	113,7
III. Ambos os Quadros						
Rondônia	104,1	104,1	102,9	108,3	136,9	107,4
Acre	102,3	102,7	101,7	101,6	118,5	102,6
Amazonas	101,8	103,2	102,0	101,4	100,0	101,7
Roraima	103,9	104,0	100,8	139,8	123,2	123,4
Pará	102,8	103,2	101,1	102,7	96,4	102,2
Amapá	103,5	102,8	100,0	99,8	95,9	100,7
Tocantins	103,3	104,0	101,6	105,5	113,5	104,9
Região Norte	102,8	103,3	101,5	104,0	103,4	103,3

Fonte dos dados básicos: F. IBGE (Censo Demográfico)

Tabela 12
 Região Norte: Indicadores de Dependência e da Velhice da População Residente
 Segundo os Quadros de Domicílio, por Estado - 1991.

Estados	Razão de Dependência (por 100) (1)			Índice de Velhice (por 100) (2)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Rondônia	75,1	83,9	79,2	9,7	9,3	9,4
Acre	86,2	113,2	95,7	13,2	7,7	10,9
Amazonas	83,8	116,0	92,3	10,4	7,8	9,6
Roraima	81,5	61,0	73,3	8,5	9,3	8,2
Pará	82,8	98,4	89,4	13,5	9,3	11,0
Amapá	92,3	121,7	97,2	8,8	7,7	8,6
Tocantins	83,8	98,0	90,4	14,0	13,0	13,7
Região Norte	82,8	98,8	89,4	12,1	9,2	10,9

Fonte dos dados básicos: F. IBGE (Censo Demográfico)

(1) População de 0 a 15 e 60 anos e mais sobre a população de 15 a 59 anos.

(2) População de 0 a 15 anos sobre a população de 60 anos e mais.

ao contingente feminino, todos os grupos etários de mulheres prolíficas, seria possível tratar, neste seminário, sobre a importância da evasão feminina dos quadros rurais sobre a evolução recente da fecundidade na Região? A pergunta é dirigida principalmente aos especialistas que tratarão da evolução da fecundidade na Região Norte. De qualquer modo, haveria, a nosso ver, campo para futuras investigações acerca dos determinantes dessa forte migração feminina das áreas rurais para os quadros urbanos e sua relação com o comportamento supostamente cadente da fecundidade na Região Norte.

Quanto à população residente nos quadros rurais, estaria ela ficando majoritariamente representada por indivíduos do sexo masculino, contingente este fortemente ponderado por população jovem. Isto é o que parecem atestar as maiores razões de dependência e de sexo e os índices de velhice mais baixos observados nesses quadros comparativamente àqueles que foram registrados para os respectivos quadros urbanos da maioria dos Estados.

Um caso especial a considerar diz respeito ao Estado de Roraima que, realmente, teria sido aquele a apresentar, em termos relativos, o maior impacto do influxo migratório extra-estadual ocorrido ao longo da década passada na Amazônia brasileira. A configuração, para o ano de 1991, das pirâmides populacionais urbana e rural desse Estado, particularmente esta última, caracterizou-se por uma forte anomalia em relação às dos seus Estados congêneres, revelando a nítida injunção de uma migração fortemente seletiva por idade e sexo. É possível verificar, pelas Tabelas 10 e 11, que nada menos do que 62% da população que residiam, por ocasião do último Censo, nos quadros rurais de Roraima eram constituídos por população em idades ativas, subconjunto este no qual os elementos do sexo masculino superavam os do sexo feminino na proporção de 2,5: 1,0. São números que, de um lado, devem ser associados à natureza e às características dos processos recentes de expansão, apropriação e ocupação de uma das últimas fronteiras de recursos existentes na Região Norte.

De outro, confirmam a grande oportunidade que tivemos de poder contar, neste Seminário, com um estudo específico tratando do caso de Roraima, a ser apresentado em uma das próximas sessões.

6. Considerações Finais

O panorama traçado teve como um de seus objetivos indicar algumas das grandes linhas da evolução populacional da Região Norte, procurando identificar as principais alterações e mudanças nas tendências de crescimento, na localização e na estrutura da população. Apesar de ser uma abordagem introdutória e superficial, espera-se que tenha servido para levantar dúvidas, estimular indagações, descobrir indícios e estabelecer prioridades quanto a futuros estudos acerca das características desse crescimento, dos fatores e circunstâncias que o determinam ou o condicionam, e das implicações e efeitos sociais que dele resultam ou deverão resultar em futuro previsível.

Entre as várias questões que parecem ser merecedoras de maior e melhor exploração como objetos de futuras análises, inclui-se a da migração rural-urbana como fator interveniente na suposta queda da fecundidade regional. Uma outra investigação que se deveria aprofundar é a que diz respeito às causas que estariam determinando essa migração e esta forte diferenciação por sexo. No caso do estado do Amazonas, por exemplo, são pródigas as referências que as atribuem à atração exercida pelas Zona Franca e pelo Distrito Industrial de Manaus¹³. Com tudo, como explicar a acentuada desruralização populacional de Estados outros como o Acre, o Amapá e Tocantins, ou seja, com relação a Estados onde a referida força de atração deve ser pouco sensível ou mesmo nula? Cumpriria também investigar o contributo de cada uma das variáveis da dinâmica demográfica (fecundidade, mortalidade, migração) como determinante do crescimento populacional recente da Região Norte e, bem assim, as perspectivas de sua evolução, como base para previsões e projetos sobre a evolução populacional na Região em futuro previsível. Evidentemente, há toda uma série de outras questões a investigar nas áreas do trabalho e do emprego, da localização e seletividade dos movimentos populacionais, da urbanização, da própria migração, etc., algumas das quais explícita ou implicitamente foram indicadas no presente texto ou podem ser dele extraída e percebidas sem grande recursos à imaginação. Muitas

¹³ Ver, a propósito, debate entre o prof. Rosalvo Machado Bentes e o Dr. Luis P. de Oliveira, op. cit., p.105-110.

outras, certamente, irão aflorar ao longo das futuras sessões deste seminário.

Mas há um aspecto que, a meu ver, parece de importância à consideração dessas futuras investigações, pois aflorou com grande frequência ao longo do diagnóstico traçado. Diz respeito à necessidade que terão as futuras análises sobre a sociodemografia da Região Norte a descer, o mais possível, ao nível de espaços geosócio-econômicos que se mostram bastante diferenciados entre si. Para uma maior acuidade dos resultados, não parece recomendável, pelo que se pôde perceber no panorama aqui exposto, que tais análises devam se cingir apenas à Região como um todo ou, até mesmo, em vários casos, a um Estado como um todo. Como bem sabem os "amazônidas" – e alguns deles explicitaram isto de forma muito clara por ocasião do seminário sobre "A Pesquisa Social na Amazônia"¹⁴, já não mais possível falarmos de uma Amazônia e sim de várias "amazônias", visto que o jogo das forças econômicas e sociais em atuação na macrorregião nestas últimas décadas já teria determinado e estaria acentuando novas configurações e relações espaciais no espaço que convencionalmente ainda se costuma denominar de Amazônia. Portanto, parece muito importante considerar essas novas configurações a fim de permitir às análises apreender em melhor como o jogo dessas forças se rebatete espacialmente e de forma diferenciada no plano sociodemográfico.

¹⁴ Ver, a propósito, entre outros textos, os do prof. Armando Mendes e do Dr. Cesar Ajara, com os comentários do Dr. Luis Antonio P. de Oliveira, op. cit., p.52-59, p.16-30, p. 35-37.

